

## **DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO DE FORMAÇÃO**

### **O Património Local como Recurso Educativo: Métodos, Processos e Meios**

**Acção 12 / 2009**

**N.º Acreditação:** CCPFC/ACC- 56952/09

**Modalidade:** Oficina de Formação

**Total de horas conjuntas:** 25 h

**N.º de Créditos:** 2 créditos

**Destinatários:** Grupos 200,240, 400, 530 e 600

### **RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA ACÇÃO: PROBLEMA/NECESSIDADE DE FORMAÇÃO IDENTIFICADO**

As competências essenciais genéricas, específicas e transversais que se esperam que os alunos adquiram no final dos ciclos de escolaridade, bem como uma educação para a cidadania plena, implicam um conhecimento do património local e regional ou até nacional como registo identitário de uma comunidade, localidade ou povo. A identidade cultural reforça os laços de cidadania nacional e até europeia. Verificamos que as nossas crianças e jovens têm muitas dificuldades em reconhecer o valor e a identidade dos testemunhos patrimoniais da sua comunidade. É necessário reflectir e partilhar com os docentes tal constatação e apoiá-los no tratamento pedagógico deste temas e na produção de materiais didácticos.

### **EFEITOS A PRODUZIR: MUDANÇA DE PRÁTICAS, PROCEDIMENTOS OU MATERIAIS DIDÁCTICOS**

Pretende-se uma efectiva mudança na prática pedagógica, centrada no contacto real ou virtual com o exemplar patrimonial, a elaboração de material didáctico diverso, bem como a elaboração de roteiros de visitas de estudo e sua avaliação.

### **CONTEÚDOS DA ACÇÃO**

#### **1. As metodologias de investigação de Património.**

1.1.0 Património: conceito (s) e tipologia (s).

#### **2. A História Local e a preservação do Património.**

2.1.0 estudo do património local: fundamentos e práticas.

2.2.O inventário da zona de Mortágua / S.Comba Dão.

2.3.O museu – espaço de memória, sensibilização e divulgação cultural.

### **3. Práticas pedagógicas e exploração didáctica.**

3.1. As experiências pedagógicas

3.1.1. A interdisciplinaridade.

3.1.2. A ficha de inventário.

3.2. Visitas de estudo.

### **4. Construção e aplicação de instrumentos/materiais para exploração do património em contexto educativo.**

### **5. A educação patrimonial. Defesa e preservação do património, intervenção cívica e cidadania**

## **METODOLOGIAS DE REALIZAÇÃO DA ACÇÃO**

### **Passos metodológicos**

1. Diagnóstico.

Debate com os formandos sobre os seus interesses relativos à temática e as suas expectativas em relação à acção de formação.

2. Apresentação dos conteúdos. Elaboração de materiais didácticos.

3. Visita de estudo a exemplares património da região. Organização. Planificação e avaliação da mesma.

4. Apresentação/discussão dos materiais e trabalhos apresentados. Troca de materiais.

5.Avaliação.

## **REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS**

Para além do cumprimento das determinações legais, a avaliação dos formandos terá por base a qualidade e adequação dos materiais pedagógicos produzidos e será formalizada numa escala de 1 a 10 de acordo com as cartas circulares 3/2007 e 1/2008 do CCPFC. Os critérios sobre os quais incidirá a avaliação/classificação dos formandos na Oficina serão os seguintes:

|  |       |
|--|-------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação</li> <li>• Realização das Tarefas nas Sessões</li> <li>• Assiduidade e Pontualidade</li> </ul> | (25%) |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de Trabalhos e/ou Materiais</li> <li>• Aplicação</li> </ul>  | (60%) |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexão Crítica /Memória Final</li> </ul>  | (15%) |

## FORMA DE AVALIAÇÃO DA ACÇÃO

Preenchimento de fichas de avaliação, com garantia de anonimato, pelos formandos e formador. Relatório feito pelo formador. Parecer elaborado pelo especialista. Comissão Pedagógica.

## BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

### OBRAS

ALARCÃO, J. - Introdução ao estudo da história e património locais. Coimbra: Institutos de Arqueologia e da História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1982.

COLL, César e SOLÉ, Isabel - *Los Profesores y la Concepción Constructivista* in *El Constructivismo en el Aula*, Barcelona, Biblioteca de Aula, 1990.

DUARTE JR., João-Francisco - *Por que Arte-Educação?*, Campinas, SP, Papirus, 1985.

ENTWISTLE, N. - *La Comprensión del Aprendizaje en Aula*, Madrid, Paidós, 1988.

MARTIN, Elena e COLL, César - *La Evaluación del Aprendizaje en el Curriculum Escolar: una Perspectiva Constructivista* in *El Constructivismo en el Aula*, Barcelona, Biblioteca de Aula, 1990.

SOUSA, MARIA Gracinda del, e outro – *A parceria entre a Escola, a família e a Comunidade: O património cultural local como formas de envolvimento dos pais*, Lisboa, Edição do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, 2000.

FERREIRA, Jorge A. B., *Direito do Património Histórico-Cultural: Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais - Actos Comunitários*, CEFA, Coimbra, 1998.

*Furto e Tráfico Internacional de Obras de Arte: Situação actual e Estratégias para o Futuro*, Seminário, Lisboa 10 a 12 de Outubro de 1996, Polícia Judiciária, Lisboa, 1997.

MARTINS, José Joaquim Fernandes Oliveira, *O crime de Dano e o Património Cultural (A criminalidade patrimonial e os bens culturais)*, Lisboa, 2003.

MIRANDA, Jorge (Coord.); CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de; *Direito do Património Cultural*, INA, Oeiras, 1996.

*Monumentos Nacionais Portuguezes: Legislação*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

NEVES, José Soares, *Despesas dos Municípios com a Cultura*, Documentos de Trabalho 1, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 2000.

*Os Magistrados e a Protecção do Património Natural e Cultural*, Comunicações apresentadas no colóquio realizado no Governo Civil de Braga em 14 de Junho de 1996, integrado nas Comemorações do 25.º Aniversário do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Instituto da Conservação da Natureza e Parque Nacional da Peneda-Gerês, Braga, 1997.

*1.ªs Jornadas Luso-Brasileiras de património - património edificado*. (comunicações, actas, conclusões), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

*I curso de gestão do património cultural: comunicações*. CEFA, Coimbra, 1994.

*Património Classificado*, Actas dos Encontros Promovidos pelo IPPAR e pela UCP, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1997.

*Poder local: património cultural: Conferência do PCP sobre o poder local*. Almada, 18 de Outubro de 1981, Avante, Lisboa, 1981.

SALVAÇÃO BARRETO, Patrícia, *A Protecção do Património Cultural Móvel na Perspectiva da Abolição das Fronteiras Físicas Intracomunitárias*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito de Lisboa,

1992.

SANTOS, António Sá; BICAS, Maria Margarida Meira, *Legislação Aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação*, Vislis Editores, Lisboa, 1999.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.), *Cultura & Economia, Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Coleção Estudos e Investigações 4, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.), *10 anos de Mecenato Cultural em Portugal, Pesquisas, Observatório das Actividades Culturais*, Lisboa, 1998.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.), *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional, Pesquisas 3, Observatório das Actividades Culturais*, Lisboa, 1998.

## ENSAIOS

## E

## ARTIGOS

ALEXANDRINO, José de Melo, *Uma Nova Lei de Bases para o Património*, in, *Legislação*, n.º 24, Janeiro-Março de 1999, pp. 5-44.

ANDRADE, Vieira de, *La proteccion des biens culturels (rapport portugais)*, in, *Travaux de l'Association Henri Capitant*, tomo XL, Paris, 1989, pp. 473-481.

AZEVEDO, Maria Eduarda, *O mecenato de empresa*, in, *Ciência e Técnica fiscal (356)*, Out.-Dez. 1989, pp. 61-86.

BRAVO, Jorge Manuel Reis, *Protecção do património cultural etnográfico, histórico e arqueológico*, Separata de *Mínia*, série 3, ano 4, 1996, Braga.

BRITO, Miguel Nogueira de, *Sobre a legislação do património cultural*, in, *Revista Jurídica da A.A.F.D.L.* (11/12), pp. 161-177.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MACHADO, Jónatas, *Bens culturais, propriedade privada e liberdade religiosa*, in, *Revista do Ministério Público (64)*, 1995, pp. 11-38.

CARDONA, Maria Celeste, *Defesa e conservação do património imobiliário*, in, *Direito do Urbanismo*, INA, Oeiras, 1989, pp. 433-453.

CAUPERS, Maria Teresa, *Note sur la protection du patrimoine culturel portugais*, 13.º Congresso Internacional de Direito Comparado, Separata BMJ, 1999.

CLARO, João Martins, *Intimação para um comportamento. O caso das gravuras do Côa (anotação à sentença do Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra de 23/10/95)*, in, "Polis, Revista de Estudos Jurídico-Políticos", A I/II (4/5), Jul.-Dez. 1995, pp. 261-287.

CLARO, João Martins, *Loteamento Urbano e as Zonas de Protecção de Imóveis Classificados*, in, *Revista de Administração Local*, n.º 158, Mar-Abr. 1997, pp. 129-162.

CLARO, João Martins, *A revisão da Lei de Bases do Património Cultural*, in, *II Encontro Nacional, A Conservação e o Restauro do Património. Riscos, Prevenção, Segurança, Ética e Lei*, A.R.P., Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Novembro 2000, pp. 79-84.

COELHO, António Corrêa Caldeira, *A protecção legal aos monumentos nacionais (base para um projecto de lei)*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1923.

CONDE, Idalina, *Mecenato cultural: arte, política e sociedade*, "Sociologia: problemas e práticas" (7), Out. 1989, pp. 107-131.

CORDEIRO, António, *Património cultural*, in, *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VI, Lisboa, 1994, pp. 279-285.

CORREIA, A. Ferrer, *A venda internacional de objectos de arte e a protecção do património cultural*, Separata da *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Academias*, in, *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. I, Coimbra, 1965, pp. 49-58.

DUQUE, José Paulo Vieira, *Portugal e os Achados Marítimos de Valor Histórico e Arqueológico*, in, *Estado e Direito*, n.º 7-10, 1991-1992, pp. 83-122.

FERREIRA, Carlos Antero, *O Património Monumental, a Construção da História e as Iras do Apocalipse*, in *GEHA, Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo*, Ano 1, n.º 1, Julho de 1998, Publicação da Faculdade de Arquitectura/UTL Grupo de Estudos de História de Arquitectura, pp. 5-14.

- FERREIRA Eduardo André Folque, Liberdade de Criação Artística, Liberdade de Expressão e Sentimentos Religiosos, in, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLII - n.º 1, 2001, pp. 229-285.
- FERREIRA, Maria Teresa, Património artístico e cultural da Igreja, in, A Concordata de 1940: Portugal - Santa Sé, Didaskalia, Lisboa, 1993, pp. 155 e segs.
- GOMES, Carla Amado, O Património Cultural na Constituição, in, Perspectivas Constitucionais - Nos 20 Anos da Constituição de 1976, I, Coimbra Editora; Coimbra, 1996, págs., 337-380.
- GOMES, Carla Amado, Direito do Património Cultural, Direito do Urbanismo, Direito do Ambiente: o que os une e o que os separa, in, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLII - n.º 1, 2001, pp. 353-360.
- GOMES, Rogério, Breve perspectiva dos instrumentos jurídicos, administrativos e financeiros para a requalificação urbana e para a conservação e valorização do património cultural, in, Urbanidade e Património, IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, Lisboa, 1998, pp. 75-101.
- JORGE, Fernando Pessoa, Monumentos de interesse histórico-militar: projecto de parecer da Câmara Corporativa, Separata de "Museus de Portugal", Lisboa, s.e., 1971.
- LANGHANS, F. P. de Almeida, Protecção Jurídica Internacional da Obra de Arte (Esboço de uma Teoria), in B.M.J., 13, 1949, pp. 52-67.
- MARCHAND, Filipe, Defesa e preservação do património, in "Direito do Urbanismo", Oeiras, INA, 1989, pp. 55-74.
- MARQUES DOS SANTOS, António, A Protecção dos Bens Culturais no Ordenamento Jurídico Português, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pp. 669-695.
- MATTOS, Edgar Santos, Acordos culturais e de cooperação técnica e científica, Lisboa, s.e., 1981.
- MENDES, José Vieira, Marketing, patrocínio e mecenato, Texto Editora, Lisboa, 1991.
- MOREIRA, Vital, Para uma nova Ordem Jurídica do Património Cultural, in Poder Local Revista de Administração Democrática, n.º 32, Julho/Agosto, Lisboa, 1982, pp.35-43.
- NOGUEIRA, Alberto Pinto, Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público (Protecção Jurídico-Penal) - Falta de Consciência da Ilicitude, in, Revista do Ministério Público, ano 3, vol. 9, 1982, pp. 55-71.
- PAÇO, Afonso do, A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos, Separata dos "Anais", II série, vol. 8, Lisboa, 1958, pp. 30-40.
- PEREIRA, Gabriel, Monumentos nacionais: Conferência., Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.
- PEREIRA DA SILVA, Vasco, Património e Regime Fiscal da Igreja na Concordata, in, Direito e Justiça, vol. VI, 1992, pp. 149-169.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos; CONDE, Idalina, Mecenato cultural de empresa em Portugal, in, Análise Social, vol. 25 (107), 1990, pp. 375-439.
- SARAIVA, José de Sá Nogueira, Regime jurídico do património monumental da Nação, in, Boletim Oficial do Ministério da Educação Nacional, Out-Dez. 1972, pp. 51-114.

#### **PUBLICAÇÕES**

#### **OFICIAIS**

- IPPAR, Dar Futuro ao Passado, Lisboa, 1993.
- IPPAR, Critérios para Futuras Classificações, Lisboa, 1995.
- IPPAR, Intervenções no Património 1995-2000, Lisboa, 1997.
- IPPAR, Património: Balanço e Perspectivas [2000-2006], Lisboa, 2000.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Relatório Intercalar - Proposta de Lei de Bases do Património Cultural, Lisboa, 1998.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Direcção-Geral dos Serviços Centrais. Divisão de Documentação, Legislação sobre cultura: 25 de Abril de 1974 a 31 de Dezembro de 1980, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Direcção-Geral dos Serviços Centrais. Divisão de Documentação, Legislação sobre cultura: 25 de Abril de 1974 a 31 de Dezembro de 1980, II e III Séries, 2.º vol., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

Relatório dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia, in, Relatório e Projectos, Primeira Parte, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876.